

Entrevista / Dossiê Migrações, exílios e diásporas: o mundo em movimento no século XIX

Circulações e conexões: o percurso de Hendrik Kraay e a história em movimento

Murillo Dias Winter, *Universidade Federal da Fronteira Sul*   

Realizada em outubro de 2025, via *Google Meet*, esta conversa com o historiador Hendrik Kraay, professor da Universidade de Calgary (Canadá), ocorreu poucos dias após seu retorno de uma rápida visita ao Brasil. A passagem marcou o lançamento de seu novo livro, organizado em parceria com Adriana Barreto de Souza e Crislayne Alfagali (2025), intitulado *As milícias de homens de cor do Atlântico Sul, séculos XVII a XIX*.

Em tom generoso e reflexivo, Kraay revisita a sua trajetória acadêmica e comenta as direções recentes da historiografia brasileira sobre o século XIX – das guerras de Independência às circulações internas e transatlânticas, passando pelo papel das classes populares e pela necessidade, como ele mesmo define, de “provincializar o Rio de Janeiro e nacionalizar as províncias”. A entrevista foi conduzida por Murillo Dias Winter e editada para clareza e fluidez, preservando o estilo e a amplitude das respostas originais.

MDW 1. Para começarmos: como foi a sua formação no Canadá e nos EUA? Como se deu a aproximação com o Brasil até a decisão de se dedicar à história brasileira do século XIX?

HK O meu interesse pelo Brasil surgiu meio por acaso. Nasci na Holanda e fui levado com a família para o Canadá quando tinha três anos. Então, fui criado e formado no Canadá, na província de Ontário. Quando tinha dezessete anos, fui escolhido para participar de um intercâmbio organizado pelo *Rotary Club*. Fui selecionado e tive que escolher entre três países: México, Brasil e



Argentina. Achei o México muito perto do Canadá e não me parecia tão interessante ir para lá. Por essa lógica, teria escolhido a Argentina, só que era o início de 1982 e a Argentina e a Inglaterra estavam entrando em guerra pelas Malvinas. Não parecia uma boa opção ir à Argentina, ainda mais sendo canadense, um país que faz parte da Comunidade Britânica (a *Commonwealth*). Então acabei indo ao Brasil, passei um ano em Volta Redonda, com algum tempo no Rio de Janeiro também, e costumo dizer que a culpa pelo meu interesse pelo Brasil é de Margaret Thatcher, ou talvez da junta argentina. Enfim, em 1982-1983, aprendi alguma coisa de português, consegui viajar bastante pelo país e daí surgiu o interesse pelo Brasil.

No entanto, na graduação na Universidade de Toronto, cursei Relações Internacionais. Só, aos poucos, nos últimos anos do curso, comecei a me interessar mais pela História e menos pela Ciência Política, especialmente pela parte teórica. Fiquei mais empolgado pelo empirismo do historiador do que pelas teorias dos cientistas sociais. Permaneci em Toronto para fazer mestrado na mesma universidade. Naquela época (1989-1990), o programa de História da América Latina era muito pequeno e senti logo falta de uma turma interessada pelo Brasil ou pela região. É importante lembrar que, na América do Norte, a história do Brasil

se enquadra na história da América Latina, o que é uma organização do saber bem diferente da que existe no Brasil, onde se divide a profissão entre historiadores do Brasil e os das Américas. No Canadá, por sinal, o mapa acadêmico das Américas é dividido em três: Canadá, Estados Unidos e América Latina (com o Caribe anglófono e francófono mal acomodado na América Latina). Durante o mestrado, tive que fazer uma escolha importante: podia ter entrado no então *External Affairs and International Trade Canada* (atualmente, *Global Affairs Canada*), o Itamaraty canadense. Tinha feito o concurso e fui convocado na mesma semana em que fui aprovado para fazer o doutorado na Universidade do Texas, em Austin, com Richard Graham.

Escolhi o doutorado. Além de Richard Graham, a sua esposa, Sanda Lauderdale Graham (que faleceu, recentemente) lecionava lá, também. Era – e ainda é – muito raro um departamento de História norte-americano ter dois brasilianistas no corpo docente e, portanto, foi um ótimo lugar para cursar o doutorado. Ao longo dos anos, havia meia dúzia de colegas que, igualmente, desenvolviam pesquisas sobre a história do Brasil; nem todos seguiram carreira acadêmica, mas formávamos uma comunidade que foi bastante importante para mim.

Foi assim que surgiu o meu interesse pelo Brasil, bem como a lógica de seguir pela História e pela História da América Latina. E ainda estou aqui, fazendo História do Brasil, mais de trinta e cinco anos depois dos meus primeiros passos na área.

MDW 2. E como chegou no seu objeto, que foi o século XIX brasileiro? Em geral, muitos brasilianistas e estudiosos da América Latina olham muito para o século XX, sobretudo no contexto de ditaduras, populismo, enfim, temas mais populares talvez...

HK Efetivamente, na época, essas (e, também, a democratização) eram as preocupações centrais dos brasilianistas. No mestrado na Universidade de Toronto, havia um modelo que chamamos de *course-based masters* (mestrado baseado em disciplinas, talvez), sem uma dissertação formal – apenas uma monografia de 50 ou 60 páginas. Fiz a minha sobre o tenentismo e, efetivamente, estava nessa linha do militarismo do século XX, podendo, assim, ter continuado nessa direção. Não me lembro mais o que apresentei como projeto de doutorado, porque, nos programas de doutorado daqui, não se exige um projeto tão bem

desenvolvido quanto o que as instituições brasileiras requerem. Não me recordo o que propus, além de estudar alguma coisa relacionada ao Brasil. Evidentemente, Richard Graham achou bom me aceitar como orientando, talvez por eu já dispor do português e do conhecimento do Brasil.

O passo mais importante, talvez, tenha sido uma disciplina que fiz, no segundo semestre do programa, com Richard, uma disciplina de pesquisa. A ideia era, em um semestre, escrever um artigo acadêmico sobre algum tema baseado em fontes disponíveis na biblioteca da Universidade do Texas, a famosa *Benson Latin American Collection*. Já naquela época, eu começava a pensar mais no século XIX, nas revoltas, nos movimentos políticos, militares e sociais da época da Independência. E, a partir daí, cheguei, não sei bem como, pesquisando na biblioteca, aos documentos publicados sobre a Sabinada. É uma coletânea de cinco volumes publicada na época do centenário da Sabinada, na década de 1930, um projeto comemorativo, e com esses documentos, fiz um texto naquela disciplina sobre esse movimento (Arquivo do Estado da Bahia, 1937-1948). Com esse trabalho pronto, fui ao Brasil pela primeira vez como pesquisador. A segunda vez no país, mas a primeira vez como pesquisador.

Eu já tinha percebido a presença dos militares na Sabinada. Já havia compilado algumas listas de nomes e, no Rio de Janeiro, comecei a pesquisa no Arquivo Nacional, na correspondência do presidente da Bahia com o governo imperial, e logo surgiram mais informações sobre os militares. Depois de algumas semanas, eu me arrisquei a atravessar a Avenida Presidente Vargas e ir ao antigo Ministério da Guerra, ao Arquivo Histórico do Exército (AHEx) à procura das fés-de-ofício dos oficiais envolvidos na Sabinada. No primeiro momento, o pessoal do arquivo não me recebeu muito bem – não me trataram mal, mas disseram que só se podia consultar a documentação pessoal desses oficiais com permissão das famílias. Eu retorqui: “Como é que vou conseguir isso, cento e cinquenta anos, depois?”.

No outro dia voltei, e para a minha surpresa, começaram a me dar algumas fés-de-ofício, mas apenas um punhado por dia. A sala de consulta fica no sexto andar, e as fés de ofício estão guardadas no porão do edifício. Foi uma coisa complicada – ia, diariamente, ao AHEx para realizar apontamentos sobre duas ou três ou quatro fés-de-ofício. No último dia da pesquisa, ainda faltava metade dos nomes na minha lista. Naquele dia, mais uma surpresa agradável: sabendo que era o meu

último dia e que ainda faltavam muitos nomes, os funcionários me mandaram para o porão com um cabo, um tal de cabo Júnior, se não me engano, que era o responsável por buscar as fés-de-ofício. Disseram-lhe que eu daria os nomes e que ele fosse procurá-los o mais rápido possível. Naquele dia, acho que pesquisei mais fés-de-ofício do que em três ou quatro semanas de visitas diárias ao AHEx.

No resto daquela viagem, que durou cerca de três meses, fiz uma volta pelo Brasil. Tentei pesquisar no Pará, mas não deu certo em razão do arquivo estar em reforma. Naquela época, sem internet, era difícil se informar sobre essas coisas. Cheguei em Belém à noite, segui para o hotel, dormi e, de manhã cedo, descobri o arquivo em obras. O mestre de obras era um sujeito muito gentil e me mostrou tudo o que estavam fazendo. Subimos e descemos os andaimes para ver o projeto, e ele me mostrou todos os documentos empilhados e guardados debaixo de grandes lonas.

Ele me disse, na ocasião, que a diretora do arquivo tinha um escritório na universidade e que eu fosse procurá-la para conversar sobre a pesquisa. Encontrei-me com ela no mesmo dia, a qual me disse que, talvez, dali a seis meses, seria possível começar a pesquisa. Logo, fui para Recife – de ônibus, por sinal, que é outra história – e pesquisei por cerca de duas semanas nos arquivos pernambucanos. Conheci o Marcus Carvalho, que havia acabado de defender o doutorado e estava começando a carreira na UFPE¹. Esse pesquisador me mostrou o arquivo judiciário, então sem nenhuma organização, com todos os processos empilhados em um espaço aberto à chuva. De lá para cá, fizeram um belo trabalho de organização e preservação daqueles documentos, atualmente acessível no Memorial da Justiça de Pernambuco². No Arquivo Público, pesquisei a correspondência do comandante do presídio de Fernando de Noronha com o presidente de Pernambuco sobre os duzentos presos da Sabinada que foram remetidos para aquela ilha.

Depois, passei três semanas na Bahia, onde continuei a pesquisa sobre a Sabinada nos processos criminais contra os rebeldes. Dessa pesquisa, começada na aula com Richard Graham, surgiu a minha primeira publicação, o artigo sobre a Sabinada

¹ Marcus Joaquim Maciel de Carvalho é professor titular de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Concluiu o doutorado em 1989, na Universidade de Illinois, nos Estados Unidos da América, com a tese *Hegemony and Rebellion in Pernambuco, 1821-1835*.

² Disponível em: <http://www.tjpe.jus.br>.

publicado na *Hispanic American Historical Review*, que já tem duas versões em português (Kraay, 1992, 1995, 2002, 2011). Foi bem recebido, até premiado pela *Conference on Latin American History*, e continua sendo, segundo as métricas do *Google Scholar*, o artigo mais citado de minha autoria em inglês, apesar de ser um texto da época da pós-graduação, quando eu ainda não era formado como historiador.

A partir das pesquisas de 1990, preparei o projeto de doutorado sobre as Forças Armadas na Bahia. O tema surgiu a partir da Sabinada e do reconhecimento de que havia um grande volume de fontes, tanto no AHEx como no Arquivo Público do Estado da Bahia. No AHEx, propus pesquisar os requerimentos (o que, efetivamente, consegui fazer em 1992-1993). Na Bahia, soube, em 1990, da extensa série de correspondências entre o comando das armas e a presidência provincial, uma coleção que tratava de todos os assuntos de natureza militar. Aliás, a própria existência dessa correspondência decorre da subordinação exemplar do Exército às autoridades civis durante o Império, especialmente no que diz respeito às questões políticas. Eu tinha certeza de que, ao analisar essa documentação, seria possível desenvolver algo consistente para o doutorado. Entretanto, em 1990, não houve tempo para realizar mais do que algumas pequenas amostragens desse conjunto, apenas o suficiente para compreender o seu conteúdo. Foi dessa forma, por meio da Sabinada, que cheguei ao tema das Forças Armadas no século XIX.

MDW 3. Na sua fala, noto que há uma compreensão de continuidade que nem sempre é explorada pela nossa historiografia. Até que ponto a independência está vinculada à Sabinada e às outras revoltas da primeira metade do século XIX? Seria difícil separá-las, como, às vezes, a própria historiografia acaba fazendo, não é?

HK É exatamente isso. A Independência, na verdade, não entrou de forma significativa na minha tese de doutorado, em parte por uma questão de tempo. A tese foi uma história social da guarnição militar do Exército (Kraay, 1995), mas, paralelamente a essa pesquisa, investiguei, ainda, algo sobre as milícias e comecei a pensar na Guarda Nacional.

O meu primeiro livro, baseado apenas em parte na tese, surgiu de uma sugestão do Richard. Eu estava em um momento de transição, alguns meses após a defesa, pensando em como transformar a tese em um livro que tivesse um alcance maior

do que apenas uma história social de uma guarnição militar. Ele sugeriu que eu desse mais foco ao período da Independência e do pós-Independência e que considerasse essas instituições militares como instituições em transformação ao longo desse tempo (Kraay, 2001, 2011a).

Voltei, então, a realizar mais alguns meses de pesquisa sobre a Guarda Nacional nas décadas de 1830 e 1840 e aprofundei o estudo das milícias. Desse modo, o livro permitiu refletir não apenas sobre o Exército e acerca de soldados e oficiais, mas a respeito das mudanças ocorridas nas instituições das milícias e, depois, na transição para a Guarda Nacional — uma transformação bastante significativa e importante, ainda pouco estudada em outras províncias.

Na tese, poderia ter abordado os militares em um sentido mais político, analisando o movimento da Sabinada, as reivindicações políticas dos oficiais e também dos soldados. Mas, no doutorado, havia adotado cada vez mais a perspectiva da história social. Foi fundamental, para essa abordagem, o tempo que dediquei à leitura de inventários e testamentos dos oficiais que encontrei. O acervo baiano de inventários e testamentos é muito rico. Essa reflexão surgiu a partir das velhas questões que a grande Kátia Mattoso (e seus orientandos) estudavam, só que eu focalizei os militares: a riqueza dos oficiais, as suas atividades econômicas, as famílias a que pertenciam e as conexões entre elas, assim como a inserção social desses indivíduos para além do quartel.

Por sinal, o grande livro dela – o *Mattosão*, como os alunos baianos o chamavam – foi lançado, no Rio de Janeiro, em meados de 1992, poucos dias depois de ter começado a própria pesquisa do doutorado. Fui ao lançamento, comprei o livro e a professora Kátia escreveu uma dedicatória em inglês: “For Hendrik Kraay, who will work on Bahia” (Mattoso, 1992).

É importante lembrar que o Exército, especialmente as guarnições urbanas, era profundamente integrado à sociedade. No início do século XIX, não era uma “instituição total” no sentido sociológico de Erving Goffman (1974), fechada à vida civil. Essa separação é fruto de um processo posterior, quando a instituição buscou se distanciar da sociedade, deslocando os seus quartéis para fora das cidades, por exemplo. Esses processos transformaram, de modo significativo, a relação entre o

Exército e a sociedade ao longo do século XIX e, mais ainda, no século XX, o que já constitui uma história distante da minha tese.

MDW 4. O senhor mencionou a chegada à Bahia, os trabalhos de Kátia Mattoso e essa forte relação entre o Exército e a sociedade nesse contexto. Ao falar da Bahia e da própria Kátia Mattoso, não podemos deixar de considerar, também, a dimensão racial presente nas suas investigações, certo?

HK A questão racial esteve menos presente na tese do que no livro (cujo título em inglês começa com a palavra *race*). Nele trabalhei mais diretamente com as milícias e precisei lidar com a segregação racial existente nelas. Foi nesse momento que o tema passou a aparecer com mais força.

Outra grande referência e influência, para mim, foram os primeiros trabalhos de João José Reis, especialmente os estudos sobre a revolta dos malês e a resistência escrava (Reis, 2004)³. Todo esse conjunto de temas acabou moldando a minha perspectiva, ainda que não tenha feito grandes contribuições ao estudo da escravidão. Tenho alguns textos sobre o assunto, mas são pontuais, e também leciono bastante sobre escravidão aqui na Universidade de Calgary. Trata-se mais de uma área de ensino para mim do que de uma linha principal de pesquisa.

Essas questões, naturalmente, integraram-se a meu trabalho e foram muito influenciadas pelos debates sobre as diferenças entre os Estados Unidos e o Brasil – aquela discussão clássica sobre como a formação racial nos Estados Unidos difere da que ocorreu no Brasil e na América Latina. É um debate antigo, mas ainda importante, e que continua oferecendo muito a aprender. Tudo isso influenciou, de maneira significativa, a minha formação, tanto no doutorado quanto no início da carreira, que, para mim, começou com o que nós chamamos de *post-doc*, uma bolsa de recém-doutor, a qual me proporcionou dois anos na Universidade de British Columbia, orientado por Roderick Barman, que publicara o seu livro sobre a Independência em 1988 (Barman, 1988). Se, por um lado, Roderick me ajudou a pensar na política, tanto da Independência como a partidária no Império, por outro, aproveitei o *post-doc* para me aprofundar nas questões raciais e na história

³ Ao longo da minha carreira, citei a primeira e a segunda edição, de 1986 e 1993 – esta em inglês.

afro-brasileira, do qual resultou a primeira coletânea que organizei, *Afro-Brazilian Culture and Politics* (Kraay, 1998).

MDW 5. As suas contribuições acabaram aproximando-se de um campo semelhante ao de João José Reis, ao explorar as classes populares do século XIX. Como foi possível desenvolver esse tipo de pesquisa? Como estudar um tema tão relevante e presente na sociedade do século XIX, mas que, por muito tempo, recebeu pouca atenção da historiografia? De que maneira é possível compreender as dimensões populares do Brasil da primeira metade do século XIX, especialmente diante de uma narrativa consagrada de uma independência considerada pacífica?

HK Começando pela última pergunta, acho que a resposta é simples: em 1990, escolhi a Bahia para realizar a pesquisa do doutorado, e lá é impossível não pensar na participação popular na Independência, já que houve uma guerra. Ninguém, na Bahia – nem na década de 1820, ou de 1990, ou hoje – afirmaria que a Independência foi um processo pacífico, uma simples transição negociada.

Os intelectuais baianos sempre destacaram a importância da luta baiana pela Independência e reconheceram a dimensão da mobilização popular. Talvez haja quem exagere o tamanho dessa mobilização, porque não estamos falando de um exército comparável aos das guerras napoleônicas na Europa. Mas, pelos padrões da sociedade baiana do início do oitocentos, tratou-se de uma guerra de grandes proporções, algo absolutamente inusitado.

Houve um impacto enorme na sociedade. Por isso, quem olha para a Bahia não pode compreender a independência da forma tradicional. Mesmo autores, como José Honório Rodrigues, não deixaram de discutir a guerra pela Independência na Bahia, embora a sua visão nacionalista já fosse duramente criticada na Bahia na época do meu doutorado (Rodrigues, 1975).

De certo modo, segui essa linha, mas com outro foco. Meu interesse pela história social e pelas maneiras de entender a sociedade e os militares como agentes sociais, como indivíduos integrados à vida civil (bem como a militar), combinou-se bem com a questão do impacto da Independência. No meu primeiro livro, sustentei que ela provocou mudanças significativas tanto no Exército quanto nas milícias – de fato, uma grande transformação. Uma simples prosopografia dos oficiais baianos

ao longo desses anos mostra que a Independência foi uma ruptura profunda. A composição social das tropas também foi transformada. Durante a guerra, houve um ingresso muito grande de homens de cor ao Exército. Até o fim do período colonial, como Caio Prado Júnior já observou, homens negros não deviam servir na tropa paga. Homens de cor preta e parda serviam nas milícias, nos regimentos segregados, os Henriques para todos eles até a década de 1760 e 1770, quando foram criados os regimentos de pardos. A Independência, especialmente na Bahia, mudou essa lógica.

O Exército passou a incorporar mais homens negros e mestiços, e isso ficou evidente nas décadas seguintes, tanto pelas reclamações dos oficiais quanto pelas críticas da elite senhorial sobre a presença negra e até africana entre as tropas. Um exemplo é Felisberto Caldeira Brant Pontes, o futuro marquês de Barbacena, que comentou, de forma bastante depreciativa, em 1824, que os quartéis baianos pareciam armações da costa da Mina. Depois dos movimentos militares da década de 1820, principalmente o levante dos Periquitos (de outubro e novembro de 1824), houve esforços no sentido de afastar parte dessa tropa negra: muitos foram enviados para o Sul – Rio Grande do Sul e a Cisplatina – ou para a Marinha, tudo no intuito de afastá-los da Bahia. Mesmo assim, a composição social da fileira do Exército, após a Independência, era muito diferente do que havia sido antes.

A partir daí, comecei a refletir, novamente, sobre a questão racial e acerca do significado desses termos, além de outras formas de compreender a política racial do período. Nesse sentido, as minhas pesquisas se articulavam bem com o que João José Reis já havia escrito sobre o partido negro e a ampla participação de homens de cor na Independência (Reis, 1989). De certa forma, eu estava seguindo os passos dele, reforçando essa perspectiva dentro do contexto do Exército, uma instituição que ele nunca estudou diretamente, já que se concentrou na escravidão e nos africanos.

MDW 6. Na sua resposta, o senhor indicou um tema que se conecta diretamente ao objeto deste dossiê da revista: a mobilidade – as migrações, os deslocamentos, as diásporas. Acredito que esse é um elemento central da chamada “Era das Revoluções”, especialmente quando olhamos para o continente americano. Como o senhor percebe a inserção do Brasil nesse contexto mais amplo da Era das Revoluções?

HK A questão clássica de como pensar e enquadrar o Brasil na chamada “Era das Revoluções” sempre me pareceu complexa. Existem, na verdade, dois elementos um pouco diferentes na sua pergunta: o das migrações e o das próprias revoluções. É possível dizer que o Brasil entrou na Era das Revoluções por meio de uma migração – a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro –, que representou, em certo sentido, o desfecho de muitas das transformações em curso. Ainda assim, já havia outras influências da era, em questão, no Brasil antes desse momento.

Por um lado, o Brasil parece enquadrar-se mal na Era das Revoluções, se observada de forma superficial: houve a continuidade da monarquia, da escravidão e do latifúndio. Por outro, é importante reconhecer que o Brasil estava profundamente integrado nessa era. A expulsão da corte de Portugal foi resultado direto dessa situação histórica, sendo temas típicos daquele contexto as discussões políticas internas sobre a cidadania, a formação do Estado, a relação entre o poder central e as províncias, a natureza da monarquia e a distribuição de poder entre o imperador e o parlamento. Assim, o Brasil também faz parte da Era das Revoluções, e fiquei muito satisfeito em ser um dos 71 autores convidados para escrever um capítulo para a *Cambridge History of the Age of Atlantic Revolutions*, que saiu em 2023. Minha contribuição é sobre a participação popular na Independência, e há mais quatro capítulos sobre o Brasil, de brasileiros e brasilianistas (Kraay, 2023) ⁴.

Embora o Brasil tenha permanecido como monarquia, tratava-se de uma monarquia constitucional, e isso faz toda a diferença. A monarquia, como forma de governo, não era, de modo algum, estranha à época: o México tentou adotar uma monarquia por algum tempo, e até se cogitou algo semelhante no Rio da Prata, embora não tenha se concretizado. Os brasileiros tiveram, de certa forma, a vantagem de poder observar a experiência da América espanhola, já que o Brasil entrou mais tarde na Era das Revoluções. Mesmo assim, o seu desenvolvimento posterior foi bastante semelhante ao que ocorreu nas repúblicas da América espanhola.

⁴ Uma versão portuguesa foi anteriormente publicada: *Escravos, índios, e as “classes de cor”: a participação popular na Independência* (Kraay, 2022).

Houve época, ainda no início da minha carreira acadêmica, em que, relativamente, poucos historiadores brasileiros se interessavam pela Independência. Esse quadro começou a mudar a partir da virada do milênio, impulsionado por, entre outros, os projetos temáticos liderados pelo István Jancsó na Universidade de São Paulo (USP), que me convidou a participar de alguns dos eventos que organizou. Por meio da minha participação, conheci a nova geração de estudiosos da Independência, que ainda hoje são interlocutores importantes. Esse grupo também ajudou a desfazer a ideia de que a historiografia brasileira tinha pouco a aprender com a da América espanhola, e a própria evolução da revista *Almanack*, que, atualmente, publica muito sobre a América espanhola, é um indício dessa mudança. Marco Morel, um importante historiador do período, contou-me que só quando foi à França fazer doutorado com François-Xavier Guerra, convivendo com colegas de outras partes da América Latina, percebeu o quanto havia a dialogar e aprender com essas experiências. Às vezes, é preciso esse olhar de fora, esse distanciamento do próprio contexto, para enxergar o que é difícil perceber estando dentro dele.

MDW 7. Foi a descoberta que o Brasil fazia parte da América Latina, talvez.

HK Exatamente. A outra parte da sua pergunta era sobre as migrações.

Gostaria de voltar um passo atrás, antes de pensar em alguns indivíduos, para lembrar que o processo da Independência, ou, digamos, o longo processo de 1808 a 1824, provocou uma série de mobilizações militares que levaram muitas pessoas de uma capitania (província, depois de 1821) a outra. Por exemplo, tropas baianas foram enviadas a Pernambuco para reprimir a Revolução de 1817, e houve três ou quatro navios de transporte que, no retorno de Recife a Salvador, acabaram sendo desviados até Lisboa. É algo curioso –um crasso erro de navegação, talvez. Esses soldados passaram algum tempo em Portugal antes de voltar à Bahia, e ninguém conseguiu ainda apurar se aprenderam algo com essa experiência ou qual foi sua influência posterior.

Esse tipo de circulação se ampliou durante as guerras da Independência, que provocaram grande movimento de tropas. Além disso, as campanhas no Sul, na década de 1810, também levaram contingentes de São Paulo e do Rio de Janeiro para aquela região, e, no Norte, houve a campanha contra Caiena, anterior, entre

1809 e 1810. Todas essas operações geraram deslocamentos significativos de militares que, do ponto de vista da história social, romperam vínculos locais e colocaram os soldados em contato com pessoas de outras províncias, ampliando redes e horizontes. A Independência, portanto, gerou múltiplos deslocamentos e movimentos, especialmente de tropas, que considero fundamentais. Sempre procuro destacar esse aspecto da história da Independência.

Podemos voltar ainda mais no tempo e lembrar que as sociedades do final do século XVIII e início do XIX não eram estáticas. Havia circulação, sobretudo nos portos, que mantinham conexões com a África, a Índia e Portugal, funcionando como verdadeiros centros de mobilidade. Como já apontou Russell-Wood em *A World on the Move* (Um mundo em movimento), o mundo português era um mundo de circulação e conexões — e um império colonial, por definição, não pode deixar de ser um espaço em constante movimento (Russell-Wood, 1992). É impressionante como havia pessoas que circulavam amplamente, mas a Independência foi um ponto de inflexão.

No texto que apresentei no 12º Encontro Escravidão e Liberdade, mês passado (setembro de 2025) em Florianópolis, analisei o caso de um capitão pardo baiano do final do século XVIII, Miguel Rodrigues de Deus Cerqueira. Ele faleceu em 1807, um pouco antes do começo do período joanino. Chegou a ser o capitão mais antigo entre os homens pardos, mas nunca foi promovido a tenente-coronel devido à política do governador de não prover milicianos pardos nos postos superiores do seu regimento.

O capitão Miguel era um suplicante incansável, autor de mais de vinte requerimentos encontrados em Lisboa e nos arquivos da Bahia. Consegui reconstruir parte de sua trajetória e escrever uma pequena biografia dele. O interessante, voltando ao tema de migrações e circulação, é que ele atravessou o Atlântico nada menos do que quatro vezes, uma vez à Costa da Mina na qualidade de traficante de escravos e mais três a Lisboa para suplicar mercês ao monarca. Era, portanto, um indivíduo bastante viajado, que conhecia diferentes partes do Império.

Durante essas viagens, estabeleceu conexões com outros oficiais pardos e pretos de diferentes regiões. Essa é talvez a parte mais instigante dessa discussão: até que

ponto a Corte – primeiramente, Lisboa, depois o Rio de Janeiro – funcionava como um nexo de conexões imperiais entre setores não pertencentes à elite, mas oriundos das camadas médias e populares. Já se sabe que a Corte cumpria esse papel para a elite, mas ela também podia fazê-lo para homens como o capitão Miguel.

É possível perceber essas conexões nos documentos anexos aos requerimentos – cópias de decretos e outras peças administrativas. Por exemplo, ele obteve um traslado de um documento, inicialmente solicitado por um oficial pardo de Goiás, também em Lisboa, e o anexou a um de seus requerimentos. Em outro caso, uma cópia de documento, pedido ao Conselho Ultramarino pelo capitão Miguel, acabou nas mãos de um tenente de Angola, que, então, servia como procurador dos oficiais pardos do Rio de Janeiro.

Esses vínculos, revelados pela leitura minuciosa de requerimentos e dos documentos de apoio anexos a eles, assim como pelas anotações feitas em suas margens, mostram como essas redes se estruturavam. Devo agradecer, aliás, a Adriana Barreto de Souza, da UFRRJ, coautora do capítulo em que identificamos a conexão entre os oficiais do Rio de Janeiro e esse capitão pardo baiano; foi ela quem descobriu essa ligação pela primeira vez (Souza; Kraay, 2025).

Tudo isso demonstra que já existia uma verdadeira cultura de mobilidade, o que preocupava as autoridades. O governo e as instâncias coloniais procuravam restringir e controlar esses deslocamentos, mas a circulação era um traço marcante da sociedade.

A Independência alterou alguns dos padrões dessa mobilidade, especialmente com a atuação de corpos militares que participaram de campanhas em diversas regiões. É notável também o movimento no Norte, com tropas cearenses atravessando o Piauí em direção ao Maranhão. Igualmente, pode-se lembrar a mobilização de tropas do Rio de Janeiro, Pernambuco, Piauí e Minas Gerais para lutar na Bahia, bem como as mobilizações para as campanhas militares no Sul. Esses deslocamentos foram amplos e impressionantes, mostrando uma dimensão concreta da mobilidade no mundo luso-brasileiro que estava se tornando um mundo brasileiro.

MDW 8. Tanto em trajetórias coletivas e coercitivas, como em trajetórias individuais...

HK Sim, você também perguntou sobre indivíduos. Na sua pergunta escrita, você mencionou Daniel Gomes de Freitas, um oficial baiano com atuação de destaque na Sabinada. Antes de 1838, ele passou toda a sua vida na Bahia. Assentou praça de segundo cadete no começo da guerra pela Independência na Bahia. Foi promovido a tenente, mas, ao que parece, não foi para a Cisplatina porque havia sido afastado do exército em função do seu envolvimento no levante dos Periquitos de outubro de 1824. Depois da Sabinada, que chegou a formar um governo no qual o tenente Daniel era o ministro da guerra, conseguiu viver na clandestinidade por mais de dois anos. Anistiado em 1840, como todos os rebeldes, foi obrigado a morar em São Paulo e parece ter participado da revolta de 1842. Depois disso, desaparece das fontes aos quais tive acesso vinte e cinco anos atrás quando escrevi uma pequena biografia sobre ele, para um livro didático, que, depois, foi traduzido (Kraay, 2004). Houve suspeitas que foi para o Rio Grande do Sul e, agora, recentemente, vi que alguns dos autores da coletânea que você, Murillo, organizou com Jonas Vargas, documentam a atuação de Daniel Gomes de Freitas nos últimos anos da Farroupilha (Winter; Vargas, 2025).

Há muitos casos semelhantes de conexões e circulação entre o então Norte e o Sul. Bento Gonçalves, do Rio Grande do Sul, foi preso na Bahia e fugiu pouco antes da Sabinada, um episódio bastante conhecido. Ou João Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio de Janeiro*, que foi para Pernambuco quando expulso do Rio de Janeiro, por Dom Pedro, e faleceu em defesa da Confederação do Equador. Esses episódios revelam as conexões que existiam entre os chamados exaltados e as pessoas envolvidas nos movimentos ditos provinciais ou regionais.

Vale lembrar o argumento de Evaldo Cabral de Mello em *A outra independência*, publicado há cerca de vinte anos, no qual sustenta que os movimentos pernambucanos entre 1817 e 1824 propunham um projeto para o Brasil, uma “outra independência”, e que não eram movimentos separatistas, como foram classificados por historiadores desde Varnhagen até José Honório Rodrigues (Mello, 2004). Ainda hoje, há quem mantenha essa visão, mas o fato é que os envolvidos nesses levantes se viam como parte de uma nação brasileira mais ampla, não apenas de uma província. É claro que havia reivindicações e disputas políticas locais, mas elas coexistiam com uma compreensão nacional do processo.

Outros personagens, como Antônio Borges da Fonseca, são expressivos. Paraibano de nascimento, participou dos movimentos da década de 1820 em Pernambuco e, por volta de 1830, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou no jornalismo e teve papel relevante na política exaltada que culminou na Abdicação. Mais tarde, voltou a Pernambuco, foi preso após a Praieira de 1848, e depois retornou ao Rio de Janeiro, onde continuou publicando periódicos. É interessante perguntar: ele foi uma figura nacional ou pernambucana? A meu ver, foi um brasileiro que circulou amplamente pelo país e teve atuação política de alcance nacional.

Assim como Borges da Fonseca, muitos exaltados reconheciam alianças com seus pares em outras províncias. Liam uns aos outros. Ao examinar os periódicos das décadas de 1820 e 1830, é impressionante observar a quantidade de textos transcritos de jornais de outras regiões, um claro indício da circulação de informações e do reconhecimento mútuo entre redatores provinciais.

Talvez o problema esteja na nossa própria perspectiva: hoje é difícil perceber conexões que eram óbvias para os contemporâneos do século XIX.

A propósito, na conferência de encerramento do seminário da Sociedade de Estudos do Oitocentos, realizada em 2024 no Recife, apresentei algumas reflexões sobre os paralelos e as diferenças entre as trajetórias políticas da Bahia e de Pernambuco no período da Independência. As duas eram províncias economicamente importantes, cujas capitais eram grandes centros urbanos, com elites ambiciosas, ligadas tanto à monarquia portuguesa quanto, depois, à brasileira. Ainda assim, seguiram caminhos políticos distintos.

A Bahia não aderiu ao movimento de 1817 e, de fato, liderou a repressão, não obstante a simpatia pelos pernambucanos entre setores da sociedade baiana. Durante a Independência, a elite baiana aliou-se ao Rio de Janeiro em meados de 1822 para expulsar as tropas portuguesas, enquanto a elite pernambucana, que havia conseguido livrar-se da tropa portuguesa antes (em fins de 1821), mostrou relutância em aceitar o governo de D. Pedro, o que culminou na Confederação do Equador, a qual a Bahia não aderiu. Os envolvidos no Levante dos Periquitos, que já mencionei, tinham certa simpatia pelos pernambucanos, mas era tarde demais para apoiar a Confederação, já militarmente derrotada.

O último estudo que tratou dessa relação complicada entre Bahia e Pernambuco data do ano de 1900, um trabalho polêmico (mas bem documentado) de Francisco Augusto Pereira da Costa sobre a atuação pernambucana nas “lutas emancipacionistas” da Bahia (Costa, 1900). Desde então, o tema não foi abordado de forma sistemática. Existem alguns artigos dispersos, mas nada que explore amplamente essas conexões.

Essa lacuna reflete, ainda, a estrutura das instituições acadêmicas e arquivísticas: na Bahia, estuda-se a história da Bahia; em Pernambuco, a de Pernambuco. Os arquivos públicos estaduais organizam a sua documentação em torno dos respectivos estados, o que facilita pesquisas locais, mas dificulta o estudo das conexões interprovinciais. Não é uma observação nova ou original, mas o problema persiste.

Por isso, ainda é difícil seguir os passos de personagens como Daniel Gomes de Freitas ou Borges da Fonseca. No caso de Borges, é mais simples, pois deixou vasta produção nos jornais, hoje acessível por meio da Hemeroteca Digital Brasileira. Já os mais anônimos, com rastros documentais escassos, são muito mais difíceis de acompanhar, mas continuam fundamentais para compreender essas migrações e circulações de pessoas no século XIX.

MDW 9. Então, para encerrar, olhando para a historiografia do Brasil no século XIX, especialmente após o bicentenário da Independência, que ocorreu há pouco tempo, que balanço o senhor faz dessas publicações e eventos? O que já foi realizado de mais relevante e o que ainda pode ser desenvolvido nesse campo? Acredito que algumas pistas estejam na questão da mobilidade que mencionou, mas, de modo mais amplo, o que já foi feito e o que está por ser explorado na historiografia sobre a Independência e a primeira metade do século XIX?

HK É difícil fazer um balanço, até porque exigiria algumas críticas, e prefiro não ofender a ninguém. Houve uma grande quantidade de publicações e eventos de todos os tipos. Há textos bastante interessantes, instigantes e importantes, e outros nem tanto.

Foi muito importante o novo interesse pela participação popular. Muitos pesquisadores se voltaram para esse tema, questionando as antigas visões de uma independência pactuada ou pacífica. Esse já é um avanço significativo. Também é

fundamental o reconhecimento de que houve guerras. O livro de Hélio Franchini é bastante importante nesse sentido, ainda que um pouco anterior ao bicentenário (Franchini Neto, 2019, 2022).

Outro ponto relevante é o reconhecimento da importância de pensar a cultura política e suas transformações. O vocabulário político mudou, e as práticas, mesmo quando mantidas, adquiriram novos significados. A prática de requerer algo, de assinar abaixo-assinados, de participar coletivamente da política, tudo isso já existia no Antigo Regime, mas ganhou novos sentidos nesse contexto. Nesse aspecto, houve avanços importantes ao longo das comemorações do bicentenário – ou melhor, dos bicentenários, no plural, porque, vale dizer, foram três anos de comemorações: 1822, 1823 (o bicentenário do Dois de Julho na Bahia) e 1824 (também um dois de julho, desta vez da Confederação do Equador proclamada naquele dia em Pernambuco, que investiu muito na comemoração dela, com toda razão, tendo em vista a sua “outra independência”).

Além disso, houve um esforço de divulgação voltado ao público mais amplo, o que considero importante. O Portal do Bicentenário, o Blog das Independências e outras iniciativas online de associações acadêmicas, como a Associação Nacional de História e a Sociedade de Estudos do Oitocentos, tiveram papel significativo, ainda que com alcance mais limitado do que os meios tradicionais de comunicação. Um artigo recente avaliou o número de usuários desses sites e mostrou que, embora não tenham alcançado grandes audiências, o esforço de divulgação foi relevante⁵.

Essas iniciativas também foram importantes para nós, historiadores, ao nos fazer refletir sobre como e para quem escrevemos. Como produzir algo que sirva tanto aos professores do ensino médio quanto ao público em geral? Nesse sentido, o bicentenário teve um papel estimulante, impulsionando uma reflexão sobre a escrita da história e suas funções. Quase todos que trabalham com a Independência foram convidados a participar de alguma ação de divulgação, o que foi uma ótima experiência. Os resultados disso levarão tempo para ser assimilados, mas o fato de o material estar disponível já é algo importante.

⁵ Disponível em: www.portaldobicentenario.org.br e <https://anpuh.org.br/index.php/blog-das-independencias>. Para uma análise da presença da Independência nas mídias digitais, ver: Slemian, Santirocchi e Neves (2024).

Quanto ao que ainda deve ser feito e como avançar, fico pensando: quem será capaz de sintetizar tudo isso? Quem será o novo José Honório Rodrigues, que tentou produzir uma grande síntese na época do sesquicentenário? Podemos criticar sua obra, mas foi uma tentativa relevante, com contribuições que até hoje seguem influentes, mesmo que marcadas por uma visão nacionalista tradicional. Até agora, não sabemos quem se disporá a dominar a vasta historiografia atual, muito mais volumosa do que a de 1975, e escrever uma nova história da Independência em sentido amplo. Também tenho refletido sobre algo que vai além da Independência, mas que pode orientar futuras sínteses: a necessidade de “provincializar” a história do Rio de Janeiro ou da Corte e, ao mesmo tempo, “nacionalizar” as histórias das províncias. Isso significa pensar as trajetórias provinciais em um contexto mais amplo, não apenas em relação direta com a Corte, mas também em relação entre si. Talvez aí esteja uma forma de repensar a história da Independência e sintetizá-la de modo renovado. Não se trata apenas de narrar a política da Corte, mas de reconhecer que ela era influenciada pelo que ocorria nas províncias, e que o inverso também era verdadeiro.

É claro que não sei exatamente como fazer isso, além de muita leitura e pesquisa. Hoje há vantagens: temos muito material digitalizado. Acervos como a Hemeroteca Digital Brasileira e o Projeto Resgate permitem pesquisas que antes eram inviáveis. Mas há também riscos. As fontes online tendem a estreitar nossa perspectiva, pois a busca por palavras-chave acaba limitando o olhar. Além disso, nem tudo está digitalizado. Muito permanece em papel, exigindo pesquisa tradicional, hábito que, confesso, temo estar se perdendo.

No doutorado, por exemplo, passei onze meses na Bahia, indo todos os dias ao arquivo, das oito da manhã às cinco da tarde, lendo documentos e fazendo anotações – ainda era permitido escrever a caneta, o que, embora inconveniente, é melhor do que a lápis. Depois dessa pesquisa, eu conhecia profundamente a documentação, entendia o funcionamento das instituições que produziram os documentos e o contexto dos documentos mais relevantes. Esse tipo de pesquisa quase não se faz mais.

Hoje se vai ao arquivo com uma câmera digital, fotografa-se o que o catálogo indica como o mais significativo e depois se lê tudo na tela, em casa, entre interrupções e distrações. É muito difícil manter a concentração dessa forma.

Talvez seja algo geracional, mas, para mim, é mais fácil pesquisar fora de casa, com o propósito exclusivo de pesquisar. Em casa, sempre há distrações; na universidade, os alunos e as outras obrigações profissionais.

A prática antiga da pesquisa presencial não vai voltar, e as novas tecnologias trouxeram muitos benefícios, ampliando o acesso a documentos de todos os tipos. Mas também impuseram custos difíceis de medir, porque modificam o modo de fazer história. Essa mudança é inevitável e não adianta resistir; nós, historiadores, sabemos muito bem que sempre há transformações. Ainda assim, às vezes me pergunto sobre isso. Um amigo no Rio de Janeiro me perguntou, recentemente: “Por que você não vem passar uma temporada mais longa aqui?”. E eu respondi que, provavelmente, nunca mais ficarei longos períodos no Brasil, a não ser que fosse para ministrar um curso ou ser professor visitante. Hoje, viajo apenas para eventos ou para pesquisas rápidas de algumas semanas. Essa é a nova realidade da nossa profissão.

MDW 10. E, nesse sentido, como o senhor aconselharia um jovem historiador ou uma jovem historiadora, inseridos nesse novo contexto, a começar seus estudos?

HK Obviamente, o primeiro conselho é continuar pesquisando e não se esquecer dos documentos manuscritos. É importante resistir à pressão de fazer tudo o mais rápido possível. Existe um livro que talvez não tenha circulado muito no Brasil, chamado *The Slow Professor* – em tradução livre, *O professor devagar* –, bastante discutido na academia norte-americana. Deve ter aparecido pelo menos em algumas discussões nas redes sociais brasileiras (Berg; Seeber, 2016).

As autoras questionam a pressão constante para produzir, publicar e apresentar resultados de produtividade. No Brasil, há todo o sistema de avaliação, com classificações como A1 e B1, que acabam constando no currículo Lattes. Essa lógica impede o amadurecimento da pesquisa, porque reduz, ou até elimina, o tempo necessário para parar e pensar sobre o material, ou para seguir caminhos interessantes.

Um bom exemplo, voltando ao início da minha trajetória, é o artigo sobre os escravos fugidos no Exército, a minha segunda publicação (Kraay, 1996a, 1996b). Foi um tema que surgiu ao longo da pesquisa. Se eu tivesse ido à Bahia com a intenção específica de pesquisar esse tema, provavelmente não teria conseguido

fazê-lo. Durante a pesquisa para o doutorado, aos poucos, começaram a aparecer casos interessantes de escravos fugidos, e tive a ideia de separá-los e montar um pequeno banco de dados. Mas foi só depois de passar onze meses na Bahia e mais alguns meses no Rio de Janeiro que tinha reunido o suficiente – mais de duzentos casos – para publicar um artigo (cujo conteúdo não entrou na minha tese). Mas isso foi algo que surgiu do próprio processo de pesquisa, não de um projeto prévio. Se eu tivesse proposto essa investigação a uma agência de fomento, poderia até ter descrito uma história interessante no papel, mas a pesquisa teria sido inviável na prática. O tema só emergiu porque o próprio arquivo revelou a sua importância, mostrando tanto o protagonismo dos escravizados quanto como a instituição militar lidava com o problema.

O próprio arquivo indica os caminhos. Se formos ao arquivo apenas com perguntas fechadas (ou uma lista de documentos a fotografar), dificilmente descobriremos algo novo. É só passando um bom tempo com os documentos que os caminhos possíveis dentro do acervo começam a se revelar.

Estando bem mais perto do final da minha carreira do que do início, entendo que fui muito privilegiado, por ter aprendido a pesquisar no “antigo regime” e ter vivenciado (e aproveitado) a “revolução digital”, a qual, com a inteligência artificial, está entrando numa nova fase.

MDW **Obrigado pela conversa generosa.**

HK Eu agradeço o interesse e o convite.

Referências

ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA. *Publicações do Arquivo do Estado da Bahia: a Revolução de 7 de Novembro de 1837 (Sabinada)*. Salvador: Escola Typographica Salesiana, 1937-1948. 5 v.

BARMAN, Roderick J. *Brazil: The Forging of a Nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BERG, Maggie; SEEGER, Barbara K. *The Slow Professor: Challenging the Culture of Speed in the Academy*. Toronto: University of Toronto Press, 2016.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Pernambuco nas lutas emancipacionistas da Bahia em 1822-1823*. Pernambuco: Typographia do “Jornal do Recife”, 1900.

FRANCHINI NETO, Hélio. *Independência e morte: política e guerra na emancipação do Brasil, 1821-1823*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019.

FRANCHINI NETO, Hélio. *Redescobrimos a Independência: uma história de batalhas e conflitos muito além do Sete de Setembro*. São Paulo: Benvirá, 2022.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KRAAY, Hendrik. "As Terrifying as Unexpected": The Bahian Sabinada, 1837-1838. *Hispanic American Historical Review*, v. 72, n. 4, p. 501-527, 1992.

KRAAY, Hendrik. *Soldiers, Officers, and Society: The Army in Bahia, Brazil, 1808-1889*. Tese (Doutorado em História) - University of Texas, Austin, 1995.

KRAAY, Hendrik. "The Shelter of the Uniform": The Brazilian Army and Runaway Slaves, 1800-1888. *Journal of Social History*, v. 29, n. 3, p. 637-657, 1996a;

KRAAY, Hendrik. "O abrigo da farda": o exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. *Afro-Ásia*, v. 17, p. 29-56, 1996b.

KRAAY, Hendrik (org.). *Afro-Brazilian Culture and Politics: Bahia, 1790s-1990s*. Armonk: M.E. Sharpe, 1998.

KRAAY, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil: Bahia, 1790s-1840s*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

KRAAY, Hendrik. "Tão assustadora quanto inesperada": a Sabinada baiana, 1837-1838. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 97, p. 187-220, 2002.

KRAAY, Hendrik. Daniel Gomes de Freitas: um oficial rebelde do Exército imperial brasileiro. *Politéia*, v. 4, n. 1, p. 135-158, 2004.

KRAAY, Hendrik. *Política racial, Estado e Forças Armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora HUCITEC, 2011a.

KRAAY, Hendrik. "Tão assustadora quanto inesperada": a Sabinada baiana, 1837-1838. In: DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revolutas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Alameda, 2011b. p. 263-294.

KRAAY, Hendrik. Escravos, índios, e as "classes de cor": a participação popular na Independência. In: NEVES, Lucia M. Bastos P.; RODRIGUES, José Damião; SANTOS, Fabiano Vilaça dos (org.). *Identidades, conflitos e protestos no mundo atlântico (século XVII ao início do século XIX)*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2022. p. 141-171.

KRAAY, Hendrik. Slaves, Indians, and the "Classes of Color": Popular Participation in Brazilian Independence. In: KLOOSTER, Wim (org.). *The Cambridge History of the Age of Atlantic Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. v. 3, p. 520-546.

KRAAY, Hendrik; SOUZA, Adriana Barreto de; ALFAGALI, Crislayne (org.). *As milícias de homens de cor do Atlântico Sul: séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2025.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o “partido negro” na Independência da Bahia. *In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-98.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 5 v.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *A World on the Move: The Portuguese in Africa, Asia, and America, 1415-1808*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1992.

SLEMIAN, Andréa; SANTIROCCHI, Ítalo Domingos; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. A Independência do Brasil no seu Bicentenário. *Revista de Historiografia*, v. 39, p. 149-180, 2024.

SOUZA, Adriana Barreto de; KRAAY, Hendrik. Conflitos locais e conexões imperiais: os requerimentos dos oficiais pardos, Bahia, Rio de Janeiro, Lisboa e Angola, 1768-1809. *In: KRAAY, Hendrik; SOUZA, Adriana Barreto de; ALFAGALI, Crislayne (org.). As milícias de homens de cor do Atlântico Sul: séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2025. p. 87-120.

WINTER, Murillo Dias; VARGAS, Jonas (org.). *Tempos turbulentos: a fronteira sul em guerra na Era das Revoluções (1750-1850)*. Rio de Janeiro: Editora Jaquairica, 2025.